

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



Universidades Comunitárias: Características e Desafios

Raquel de Mendonça Rosa-Castro¹

Euro Marques Júnior²

Emília de Mendonça Rosa Marques³

RESUMO

Na educação superior brasileira existem instituições públicas, privadas e Universidades Comunitárias (UC), formato inovador que ganhou força com a Reforma Universitária, com a Constituição Federal de 88 e a LDB. Elas apresentam características próprias e experiências significativas. Atualmente, no Brasil, existem 42, sendo 11 confesionais. Sua caracterização contribui com o processo de consolidação de uma identidade própria que as diferencie dos demais segmentos da educação superior, aprimorando sua atuação de qualidade. Este trabalho apresenta características que justificam a existência, o crescimento e as relações com a sociedade. Apresenta também, sob a ótica dos seus gestores, a responsabilidade social das UC. Os dados foram coletados através de questionários via internet (Web-Survey). A amostra representa 14,3%, e os respondentes foram os seus representantes legais. As UC pesquisadas oferecem cursos de Licenciatura, da área de saúde e de Pós-Graduação. Participam do Programa FIES, possuem programa de bolsas de estudos próprio e Projetos de Extensão. Suas pesquisas colaboram no desenvolvimento regional. Criadas pela sociedade civil, com gestão democrática e participativa, a favor da inclusão social e do desenvolvimento regional, são relevantes sendo reconhecidas como uma nova categoria jurídica, “público não estatal”.

Palavras-chave: Universidades Comunitárias. Educação Superior. Público não estatal.

¹ Uniso, Doutorado em Educação, SP, raquel.rosa@prof.uniso.br

² EESC – USP, Doutorado em Engenharia de Produção, SP, euro@sc.usp.br, Apoio CAPES

³ UNESP, SP, emilia@fc.unesp.br

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



INTRODUÇÃO

O sistema de ensino superior brasileiro é constituído por instituições públicas (criadas e mantidas pelo poder público) ou privadas (criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos) e tem se desenvolvido de forma rápida e crescente. Na organização e funcionamento desse setor, constata-se a existência de um formato diferente e inovador de universidade.

Este modelo ganhou força na Reforma Universitária de 1968, que facilitou a expansão do setor privado, e em seguida é difundido e clarificado por meio da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que apresentam papel importante na privatização da educação superior brasileira. Intitulada de Universidade Comunitária, apresenta características próprias e experiências significativas.

Trata-se de um setor que atualmente, no Brasil, é formado por 42 (quarenta e duas) instituições universitárias que apresentam alguns aspectos em comum e outros bastante diferenciados. Deste total, 11 (onze) são universidades comunitárias confessionais e as demais são caracterizadas como comunitárias não confessionais.

No Brasil, na década de 80, houve grande expansão do setor privado da educação superior, sendo também uma década marcada pela diminuição de recursos para o investimento na educação pública, por parte dos governos estaduais e federais. O Estado condicionou o financiamento para as universidades à demonstração de seu desempenho acadêmico, institucional e produtivo. Assim o número de vagas nas universidades públicas e gratuitas, nessa década, não atendeu a demanda da sociedade brasileira abrindo a possibilidade para um grande crescimento no setor privado. Durham (1998) afirma que o:

“[...] setor privado, além de ter expandido, também se diversificou internamente nas décadas subsequentes à reforma. No período anterior era constituído majoritariamente por instituições não lucrativas, em geral confessionais ou criadas por iniciativa das comunidades locais. Parte desses estabelecimentos foi estadualizada ou federalizada. Mas, paralelamente, desenvolveram-se novas instituições comunitárias, mantidas pela Igreja ou por iniciativas laicas, envolvendo prefeituras e entidades representativas da sociedade civil que constituem, no conjunto, um subsistema que se poderia denominar público não estatal. A grande ampliação do setor privado, entretanto, se deu pela expansão de um outro tipo de estabelecimento, criado pela iniciativa privada e de cunho mais empresarial. Este setor responde do

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



modo muito mais direto às pressões de mercado, as quais nem sempre se orientam no sentido da qualidade” (DURHAM, 1998^a, p. 8).

Atualmente o ensino superior privado no Brasil pode ser classificado em duas categorias: instituições superiores do tipo comunitário e/ou confessional, e as instituições empresariais.

A Nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 veio fortalecer ainda mais o setor do ensino privado, podendo-se destacar o artigo 209:

“Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.”

Esta pesquisa está inserida na temática dos estudos e pesquisas desenvolvidas no Brasil, do segmento específico de ensino superior brasileiro conhecido como “Universidades Comunitárias”.

Na década de oitenta, aconteceu também um movimento visando a integração e melhor organização desse segmento específico, encontrando eco e reconhecimento de suas reivindicações por meio da aprovação do artigo 213 na nova constituição brasileira, citada acima:

“Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§ 1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade”.

O dispositivo constitucional consagrou a denominação “Universidade Comunitária” em sua fase inicial de reflexões, que sem dúvida fica marcada por muitas

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



lutas. Decorridos cerca de três décadas, observa-se um esforço do segmento comunitário em firmar sua identidade, num movimento corporativo que visa distanciar-se das universidades empresariais e aproximar-se do setor público estatal.

Desde 1994 tais universidades têm sido representadas pela Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – ABRUC, entidade que procura divulgar, por meio de eventos como congressos e seminários e de jornal informativo – Jornal das Universidades Comunitárias – as suas principais metas e construções em cima do legado deixado pela Constituição, assim expressas por alguns representantes:

“Comunitárias são universidades prestadoras de serviços públicos, de interesse coletivo, sem fins lucrativos. Esse caráter inaugura um novo modelo de universidade, distante das instituições estritamente particulares” (CRAVEIRO, in Jornal da ABRUC, (3), 1998, p. 2).

“As Universidade Comunitárias filantrópicas são parceiras do governo na importante tarefa da educação, da saúde e do bem-estar social” (RAUCH, in Jornal da ABRUC, (4), 1998, p. 2).

“As Comunitárias estão construindo um modelo alternativo de universidade que pretende ser um exemplo para nosso país” (RONCA, in Jornal da ABRUC, (5), 1998, p. 2).

Segundo Selber (1995), este conjunto de conceitos:

“representou a síntese de um processo iniciado no final da década de 80 onde se pretendia uma caracterização conceitual para um conjunto de Universidades Privadas do Brasil que demonstravam possuir inúmeros pontos de atuação comuns, especialmente aqueles voltados à sociedade, dentro de uma perspectiva pública, embora não sendo estatal” (SELBER, 1995).

Foi desta maneira que o primeiro presidente da ABRUC caracterizou a categoria de Universidades Comunitárias como “*pública não estatal*”, dando mostras de um modelo alternativo de ensino superior.

Esse novo modelo de universidade é baseado na prática organizacional e funcional do ensino superior. Trata-se de uma iniciativa da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem sua existência e atuação apoiada na comunidade.

Sob a denominação “Universidades Comunitárias” agrupam-se várias instituições, sendo algumas delas comunitárias confessionais e outras comunitárias não confessionais. Essa classificação deu-se em função da dinâmica e vocação das



universidades. Um ponto a ser ressaltado no presente trabalho é que as universidades comunitárias diferem umas das outras quanto ao grupo central de gerenciamento.

Tomando como base as características comuns proclamadas pelas universidades comunitárias como constituintes de sua identidade institucional, é que se delinearam os objetivos deste trabalho em termos de contribuir com a área através da análise das respostas de gestores de algumas Universidades Comunitárias, que voluntariamente participaram de uma pesquisa onde aplicaram-se questionários via internet (Web-Survey), divulgados por e-mail e disponibilizados no site Survey Monkey (www.surveymonkey.com).

Na década de 90, pôde-se observar a heterogeneidade e diversificação do ensino superior no Brasil, marcados por momentos de oscilações tanto nas instituições públicas como nas privadas.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES, fica demonstrada a proporção do ensino superior privado, nas categorias comunitárias e empresariais, em números de cursos, matrículas e regiões. Verifica-se que este setor está presente, primordialmente, nas regiões Sul e Sudeste, caracterizadas como regiões industrializadas, sendo que essas universidades concentram o maior número de cursos e matrículas deste setor.

Neste contexto, dois aspectos devem ser salientados:

1) a excelência acadêmica, que deve ser perseguida por todos os setores que compõem o sistema de ensino superior. Observa-se pelos resultados das avaliações do MEC, que as instituições universitárias comunitárias têm gradativamente apresentado melhores índices de desempenho acadêmicos;

2) a função social, atendendo a populações carentes. Sabe-se que este aspecto não é exclusividade do segmento comunitário, entretanto tem sido uma bandeira constante desse segmento, sendo caracterizado como “extensão” para algumas instituições e como “cidadania” para outras.

Uma característica que causa muitos conflitos do setor das Universidades Comunitárias com os demais setores integrantes do Ensino Superior do Brasil é o fato de elas se intitularem “*públicas não estatais*” e se colocarem como “*modelo alternativo*” de ensino superior. Esse modelo de gestão das universidades comunitárias é sem dúvida definidora de sua identidade institucional.

Segundo Morosini e Franco (2006), o desafio está em estabelecer mudanças sustentáveis e manter sempre o caráter comunitário, independente de competições e

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



recursos. A sustentabilidade vai além do empreendedorismo, pois implica mudanças contínuas e sua própria sustentação.

Os eixos da sustentabilidade podem ser descritos como:

- base diversificada de financiamento, sendo Ministério ou departamento governamental, e fundos de conselhos governamentais de pesquisa;
- núcleo central, entendido como equipe administrativa forte e perene, contemplando todas as instâncias decisórias da universidade;
- desenvolvimento até a periferia, sendo entendido como exigência de novos formatos administrativos e organizacionais, com unidades que transponham os limites institucionais;
- corpo acadêmico motivado, que exige vontade de mudar, assim como de assumir riscos, de ser altamente pró-ativo e empreendedor, até mesmo num contexto hostil e questionador;
- empreendedorismo integrado, que supõe trabalhar em comitês, fomentar a busca de recursos, desenvolver e aplicar capacidades multidisciplinares, chegando e envolvendo a comunidade, sempre respeitando a cultura empreendedora (CLARK, 2003).

Desta forma, compreender bem a relação entre as universidades comunitárias e a comunidade a sua volta, no que diz respeito à qualidade e pertinência de serviços prestados, bem como a responsabilidade social, é imprescindível para que essas instituições, de forma integrada ou não, possam pensar seus caminhos. Assim este trabalho espera contribuir na caracterização das Universidades Comunitárias, bem como melhor definição deste setor da Educação Superior Brasileira, inserido no contexto das instituições privadas.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é buscar uma caracterização das Universidades Comunitárias no setor da Educação Superior Brasileira, sob o olhar dos gestores, considerando o tripé ensino/pesquisa/extensão, visando o fortalecimento da construção de uma identidade para esse importante setor de instituições públicas não estatais.



METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados seguiram as recomendações propostas por Bryman e Bell (2007), e Babbie (1999) no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas quantitativas com uso de técnicas de survey em empresas e na área de Ciências Humanas e Sociais.

Para se obter os dados desta pesquisa aplicou-se questionários via internet (Web-Survey), divulgados por e-mail e disponibilizados no site Survey Monkey (www.surveymonkey.com). Os resultados dos dados coletados no questionário com questões fechadas foram postos em tabelas, facilitando sua análise e descrição.

Os questionários utilizados seguem uma estrutura matricial de respostas com uma escala tipo Likert de 5 pontos com os extremos “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. De acordo com Babbie (1999, p. 204), o uso do formato matricial com escalas tipo Likert apresenta três vantagens: o espaço é utilizado de forma mais eficiente; os respondentes provavelmente acharão mais rápido completar um conjunto de respostas apresentadas dessa forma; e o formato pode facilitar a comparação de respostas dadas a perguntas diferentes tanto para o entrevistado quanto para o pesquisador. Segundo o autor, como os respondentes podem rever rapidamente suas respostas a itens anteriores neste conjunto, podem escolher entre as opções de respostas, comparando a força da concordância com as respostas anteriores.

Seguiu-se a recomendação de Babbie (1999, p. 207) de que, se um questionário está ordenado em subseções por conteúdo, é útil introduzir cada seção com uma declaração curta sobre seu conteúdo e finalidade. Segundo o autor, as introduções curtas ajudam o respondente a dar sentido ao questionário, particularmente quando ele aborda uma variedade de temas.

A amostra foi composta por 6 representantes da direção de universidades comunitárias (4 reitores e 2 pró-reitores), que voluntariamente responderam ao questionário on-line no período de 18 a 28 de janeiro de 2013. O número de respondentes é significativo, pois corresponde a 14% das instituições pesquisadas.

Duas das instituições possuíam natureza jurídica confessional e quatro eram não confessionais. Duas se localizam no estado de São Paulo, duas no Rio Grande do Sul, uma em Santa Catarina e uma em Mato Grosso do Sul. As instituições pesquisadas possuem entre 800 e 1600 funcionários, sendo que 3 atendem entre 1000 (mil) e 10.000 (dez mil) alunos e 3 atendem a mais de 10.000 (dez mil) alunos.

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



DISCUSSÃO

Algumas questões obtiveram a mesma resposta de todos os respondentes, indicando que todas as Universidades Comunitárias pesquisadas oferecem cursos de Licenciatura, cursos da área de saúde e cursos de Pós-Graduação. Todas elas participam do Programa FIES e possuem um programa de bolsa de estudos próprio. Além disso, segundo os respondentes, todas as Universidades estudadas produzem pesquisas que colaboram para o desenvolvimento regional e possuem Projetos de Extensão à comunidade.

A Tabela 1 apresenta as respostas ao questionário sobre a dimensão institucional das Universidades Comunitárias pesquisadas, onde cada respondente indicou sua concordância ou discordância, parcial ou total, em relação a cada afirmação.

Questão	Discordo		Neutro		Concordo
	1	2	3	4	5
Sua Universidade é reconhecida como Comunitária em sua região.				33%	67%
Sua Universidade oferece cursos da área tecnológica.				17%	83%
Os egressos da sua Universidade têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho da sua região, na área de sua formação.				83%	17%
Sua Universidade participa do ProUni.	17%				83%
Sua Universidade recebe recursos públicos para auxílio na pesquisa.				17%	83%
Sua Universidade recebe recursos do setor privado, por meio de convênio com a comunidade, para auxílio na pesquisa.				67%	33%
Os alunos da graduação estão envolvidos nos Projetos de Extensão existentes.				33%	67%
Sua Universidade recebe recursos		17		50%	33%

Seminário Internacional de Educação Superior 2014

Formação e Conhecimento

Anais Eletrônicos



(público/privado) para auxílio na extensão.		%			
A comunidade local reconhece a relevância de sua Universidade, no desenvolvimento regional.				33%	67%

Tabela 1. Respostas ao questionário

As respostas, de maneira global, indicam uma grande concordância com as afirmações, apontando o amadurecimento das Universidades Comunitárias em direção aos ideais propostos pelo setor.

A análise estatística multivariada realizada a partir dos dados obtidos aponta que a Universidade é reconhecida como Comunitária na região na mesma medida em que a comunidade local reconhece a relevância dessa Universidade no desenvolvimento regional e os alunos de graduação estão envolvidos nos Projetos de Extensão que beneficiem a comunidade.

Aponta, também, uma correlação entre o fato da Universidade oferecer cursos da área tecnológica (Engenharias, Informática etc.) e receber recursos públicos para auxílio na pesquisa.

Os maiores desafios enfrentados pelas Universidades Comunitárias, segundo os respondentes, estão ligados ao recebimento de recursos (público/privado) para auxílio na extensão e ao recebimento de recursos do setor privado, por meio de convênio com a comunidade, para auxílio na pesquisa.

Outro grande desafio é a inserção dos egressos da Universidade no mercado de trabalho da região, na própria área de formação.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Universidades Comunitárias além de divulgar o conhecimento científico através do ensino, produzem novos conhecimentos através da pesquisa e dedicam importante esforço para partilhar o conhecimento científico, a arte e a socialização cultural com as comunidades, por meio da extensão.

Ao compreender as características das Universidades Comunitárias e suas relações com a sociedade que a cerca, pode-se destacar sua relevância apontando para o seu reconhecimento como uma nova categoria jurídica, a qual se apresenta como um espaço ímpar configurado como “*público não estatal*”.

Com isso a consolidação da identidade das Universidades Comunitárias coloca esse setor como “híbrido”, em meio aos conceitos de setores público e privado empresarial, caracterizando um processo em avanço e consolidação nas últimas décadas no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ABMES, **Catálogo Geral das Instituições de Ensino Superior Associadas à Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior**. Brasília, (2), 1997.
- ABRUC. **Jornal das Universidades Comunitárias**. Brasília, ano 1, (3), abril/maio 98, p.11.
- ABRUC. **Jornal das Universidades Comunitárias**. Brasília, ano 1, (4), julho/agosto 98.
- ABRUC. **Jornal das Universidades Comunitárias**. Brasília, ano 2, (5), setembro/outubro 98.
- BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988. Disponível em: www.jusbrasil.com.br, Acesso em 17 out 2012.
- BRYMAN, A.; BELL, E. Business research methods. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 2007. 786 f.
- CLARK, B. R. Sustaining Change in Universities: Continuities in Case Studies and Concepts. *Tertiary Education and Management*. The Netherlands, v. 9, n. 2, 2003, p. 99-116.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. **Uma Política para o Ensino Superior Brasileiro: Diagnóstico e Proposta**. São Paulo: NUPES, Documento de Trabalho 01, 1998.
- MOROSINI, M.; FRANCO, M. E. D.P. **Universidades Comunitárias e sustentabilidade**. Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 55-70, 2004
- SELBER, Gilberto Luiz Moraes. **Discurso de Abertura do Iº Seminário Nacional das Universidades Comunitárias**. Caxias do Sul: ABRUC, 1995.